

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	23
Balancos patrimoniais	27
Demonstrações dos resultados	28
Demonstrações dos resultados abrangentes	29
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	30
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	31
Demonstrações do valor adicionado	32
Notas explicativas às demonstrações financeiras	33

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR ViaCosteira"), juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma sociedade anônima aberta domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 07 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,420 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 07 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

1.3 Destaques de 2023

Em 2023 realizou-se sete melhorias em acessos e uma reforma em posto de pesagem veicular. Também foram implantados dois pontos de ônibus, duas passarelas, 9,03 km de marginais, duas adequações de dispositivos, uma rotatória, além de adequações de marginais para binários. Em fase de finalização de obras destacamos duas passarelas, duas pontes em vias marginais e uma rotatória. Foram iniciadas no ano de 2023 as obras de implantação de vias marginais, além da obra de maior complexidade para entrega no ano de 2024, que é o dispositivo em desnível, além disso o início da obra na Ponte Cabeçudas, a qual faz parte de um processo de reequilíbrio no contrato de concessão, que ainda não finalizou. Ainda continuam em andamento a implantação de dispositivos de segurança, a 1ª intervenção em obras de artes especiais e a restauração do pavimento ao longo de todo o trecho concedido.

O EBITDA em 2023 cresceu 15,3% em relação a 2022, totalizando R\$ 92.957. Esse crescimento é explicado pelo aumento da receita devido ao reajuste da tarifa básica de pedágio, pela cobrança de eixos suspensos que teve início em maio/2023, pelo aumento do turismo e redução do desemprego.

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Receita Líquida Operacional	187.079	164.126	14,0%
Dedução da Receita	(17.718)	(15.728)	12,7%
EBIT Ajustado (a)	74.242	68.529	8,3%
Margem EBIT Ajustado (a)	39,7%	41,8%	-2,1 p.p.
EBITDA Ajustado (a)	92.957	80.631	15,3%
Margem EBITDA Ajustado (a)	49,7%	49,1%	0,6 p.p.
Lucro Líquido	106.429	112.339	-5,3%

a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

Em agosto de 2023 a Companhia completou 3 anos de concessão com um montante investido de mais de R\$ 650 milhões em serviços, operação e obras, em um trajeto de mais de 220 quilômetros entre Paulo Lopes e Passo de Torres. No final de 2023 ganhou um prêmio engenharia, pela ANTT, referente aos trabalhos de reestruturação da Ponte Anita Garibaldi.

1.4 Volume de tráfego

A arrecadação da tarifa de pedágio iniciou em 02 de maio de 2021 nas 4 praças de pedágio com cobranças bidirecionais nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul. Em 2023, teve um aumento de 4,2% no total de veículos equivalentes frente ao ano anterior. Esse resultado é reflexo do aumento de tráfego nas rodovias devido ao crescimento do turismo e redução do desemprego.

Em Unidades	2023	2022	Δ%
Veículos Leves	33.489.273	30.945.071	8,2%
Veículos Pesados (Veq ¹)	49.170.591	48.385.045	1,6%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	82.659.864	79.330.116	4,2%

1) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Desempenhos

As operações da Companhia tiveram início em 07 de fevereiro de 2021. Em 2023 obteve um aumento de 10,95% no EBITDA quando comparado com o ano anterior.

Em 2023, mesmo com a redução do desemprego e o crescimento do turismo, a Companhia obteve decréscimo de 5,26% no lucro líquido, totalizando o montante de R\$ 106.429 quando em 2022 o montante foi de R\$ 112.339. Esse resultado foi devido ao reflexo do aumento dos custos, principalmente decorrente dos repasses de custos do CSC – Centro de Serviços Compartilhados e dos serviços de conservação de faixa de domínio.

Em R\$ mil	2023	2022	Var.%
Receita líquida	431.662	280.835	53,71%
Receita de pedágio	204.796	179.695	13,97%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	244.583	116.709	109,57%
Outras receitas	1	159	-99,37%
(-) Deduções da receita bruta	(17.718)	(15.728)	12,65%
(-) Custos e despesas (a)	(357.420)	(212.306)	68,35%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(244.583)	(116.709)	109,57%
Demais custos e despesas	(112.837)	(95.597)	18,03%
Resultado antes Resultado Financeiro	74.242	68.529	8,34%
(+/-) Resultado financeiro líquido	58.087	71.501	-18,76%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.900)	(27.691)	-6,47%
Lucro líquido	106.429	112.339	-5,26%
(-) Resultado financeiro líquido	(58.087)	(71.501)	-18,76%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	25.900	27.691	-6,47%
EBIT (b)	74.242	68.529	8,34%
Margem EBIT	17,20%	24,40%	-29,52%
Margem EBIT ajustada (b)	42,35%	42,57%	-0,52%
(+) Depreciação/amortização	13.727	10.761	27,56%
EBITDA (c)	87.969	79.290	10,95%
Margem EBITDA	20,4%	28,2%	-27,82%
Margem EBITDA ajustada (c)	49,7%	49,1%	1,14%
Investimentos (d)	(224.574)	(130.034)	72,70%
Veículos equivalentes (em milhares)	82.660	79.330	4,20%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção.

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

(d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2023 e 2022, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 02 de maio de 2023 a 02 de maio 2024, o valor da Tarifa Básica de Pedágio – TBP determinada pelo referido órgão é de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), conforme deliberação Nº 127, de 02 de maio de 2023.

Em 2023, o total de veículos pedagiados foi de 44.904.135. ou 82.659.864 em veículos equivalentes bidirecionais nas 4 praças de pedágio.

A receita operacional da Companhia em 2023, considerando a receita de pedágio e a receita de construção totalizou R\$ 449.380. Em 2022, a receita operacional totalizou R\$ 296.563.

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Receita de Pedágio	204.796	179.695	14,0%
Receita de Construção	244.583	116.709	109,6%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	1	159	-99,4%
Receita Bruta Total	449.380	296.563	51,5%

Receita de Pedágio: Em 2023, houve aumento em 14% da receita pelo aumento de tráfego nas rodovias devido ao retorno do turismo e redução do desemprego.

Receita de construção: Em 2023 os investimentos aumentaram em 109,6% em relação ao ano anterior, conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.2.5 Investimentos.

2.2.1 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2023 foram de R\$ 357.420, dos quais R\$ 112.837 são custos operacionais e R\$ 244.583 são custo de construção.

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Custo de Construção	(244.583)	(116.709)	109,6%
Custos e Desp. c/Pessoal	(37.952)	(33.187)	14,4%
Materiais Equipamentos e Veículos	(8.097)	(6.378)	27,0%
Serviços de Terceiros	(30.609)	(29.320)	4,4%
Outros Custos e Gastos Gerais	(12.780)	(10.441)	22,4%
Custos capitalizado (a)	4.816	4.327	11,3%
Custos Contratuais	(9.500)	(8.496)	11,8%
Provisão p/Manutenção	(4.988)	(1.341)	272,0%
Depreciação e Amortização	(13.727)	(10.761)	27,6%
Total Custos e Despesas	(357.420)	(212.306)	68,4%

(a) O atendimento aos usuários da rodovia iniciou em fevereiro de 2021, no entanto, a receita de pedágio teve início em maio de 2021. Dessa forma, todos os custos operacionais incorridos no período anterior à cobrança de pedágio, foram capitalizados a título de operação antecipada. Após maio de 2021, os custos de mão de obra das equipes de engenharia foram capitalizados às obras.

Custo de construção: No ano 2023 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 109,6% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.2.5 Investimentos.

Custo e despesas com pessoal: No ano 2023, a companhia conta com 372 colaboradores. Em 2023, houve uma redução de 9 colaboradores nas áreas operacionais e um aumento de 8 colaboradores no administrativo.

Materiais, equipamentos e veículos: Os principais custos de materiais, equipamentos e veículos foram com manutenções dos veículos e combustíveis devido aos fortes aumentos, além dos demais itens para manutenção e conservação da faixa de domínio da rodovia.

Serviços de terceiros: Aumento de 4,4% nas contas de serviços de terceiros se deve a operação completa no ano de 2023. Os principais serviços terceirizados são o atendimento pré-hospitalar e a manutenção e conservação da rodovia dos postos de atendimento e das praças de pedágio.

Gastos gerais e outros custos: Os principais custos operacionais são relacionados à energia elétrica da iluminação viária da rodovia, bases operacionais e praças de pedágio, passarelas, túneis e marginais.

Custos capitalizados: O aumento dos custos capitalizados em 11,3% é decorrente do reflexo das obras realizadas conforme cronograma, onde os custos das equipes das engenharias, que atuam diretamente nas obras, são capitalizados.

Custos contratuais: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão, dentre elas, podemos destacar em 2023, a verba de fiscalização paga mensalmente à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e os diversos seguros

incorridos, tais como, o seguro patrimonial (*all risks*), o seguro de risco de engenharia das obras em execução, e os seguros de responsabilidade civil e garantia.

Provisão de Manutenção: O aumento de 272,0% de 2023 em relação ao ano anterior é decorrente dos pavimentos provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. A primeira manutenção está prevista para ser realizada em 2026.

Depreciação e amortização: Aumento de depreciação e amortização em 2023 devido as finalizações de obras e investimentos.

2.2.2 EBITDA e EBIT

O EBITDA em 2023 cresceu 15,3% em relação a 2022, totalizando R\$ 92.957. A margem EBITDA é de 49,7% em 2023, tendo um aumento de 0,6 p.p frente a 2022, devido principalmente a melhora da receita e a redução dos custos operacionais.

Reconciliação do EBITDA Ajustado

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Lucro Líquido	106.429	112.339	-5,26%
(+) IR/CS	25.900	27.691	-6,47%
(+) Resultado Financeiro	(58.087)	(71.501)	-18,76%
(+) Depreciação e Amortização	13.727	10.761	27,56%
EBITDA	87.969	79.290	10,95%
Margem EBITDA (a)	20,4%	28,2%	-7,9p.p.
(+) Provisão de Manutenção (b)	4.988	1.341	271,96%
EBITDA Ajustado	92.957	80.631	15,3%
Margem EBITDA Ajustada (c)	49,7%	49,1%	0,6p.p.

Reconciliação do EBIT

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Lucro Líquido	106.429	112.339	-5,26%
(+) IR/CS	25.900	27.691	-6,47%
(+) Resultado Financeiro	(58.087)	(71.501)	-18,76%
EBIT	74.242	68.529	8,34%
Margem EBIT (a)	17,2%	24,4%	-7,2p.p.
EBIT Ajustado	74.242	68.529	8,34%
Margem EBIT Ajustada (c)	39,7%	41,8%	-2,1p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo instrução CVM n.º 156/2022.
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenções periódicas das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa nas informações financeiras intermediárias.
- (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas operacionais, o que exclui a receita de construção.
- (d) As margens EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

2.2.4 Resultado financeiro líquido

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Despesas Financeiras	(546)	(286)	91,3%
Taxas, Comissões	(153)	(197)	-22,3%
Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	(353)	(52)	578,8%
Ajuste a valor presente - arrendamento	(40)	(37)	8,1%
Receitas Financeiras	58.633	71.787	-18,32%
Rendimento de Aplicações Financeiras	57.305	71.605	-20,0%
Juros e outras receitas financeiras	1.328	182	629,7%
Resultado Financeiro Líquido	58.087	71.501	-18,8%

O resultado financeiro líquido da Companhia, em 2023 e 2022, é decorrente dos rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo aumento da taxa CDI, com os recursos dos aportes dos acionistas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Os aportes ocorreram em junho de 2020 no valor de R\$ 451.657, e em fevereiro de 2021 no valor de R\$ 529.284.

2.2.5 Investimentos

Em 2023, os investimentos realizados totalizaram R\$ 283.789, um aumento de 112,57% em relação a 2022 devido a sete melhorias em acessos, uma reforma em posto de pesagem veicular, implantação de dois pontos de ônibus, duas passarelas, 9,03 km de marginais, além de duas adequações de dispositivos, uma rotatória e adequações de marginais para binários.

Em fase de finalização de obras destacamos duas passarelas, duas pontes em vias marginais e uma rotatória.

Foram iniciadas também no ano de 2023 as obras de implantação de vias marginais, além da obra de maior complexidade para entrega no ano de 2024, que é o dispositivo em desnível, além disso o início da obra na Ponte Cabeçadas, a qual faz parte de um processo de reequilíbrio no contrato de concessão, que ainda não finalizou. Ainda continuam em andamento a implantação de dispositivos de segurança, a 1ª intervenção em obras de artes especiais e a restauração do pavimento ao longo de todo o trecho concedido.

Investimentos (R\$ mil)	2023	2022
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's/ PGFs	7.765	11.014
Serviços no Pavimento	68.759	55.055
Trabalhos Iniciais	-	50
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	9.939	4.379
Obras de Arte Especiais	10.023	14.976
Meio Ambiente e Desocup. Fx de Domínio	4.311	2.028
Obras de Ampliação de Capacidade	137.298	15.837
Restauração de Taludes	2.250	2.757
Equipamentos e Outros	43.444	23.083
Capitalizações	-	4.327
Total	283.789	133.506

Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período.

2.2.6 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2023, foi de R\$ 127.421 e de R\$ 114.277 em 2022 representando 29,52% e 40,69%, respectivamente, da receita operacional líquida respectivamente.

2.2.7 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976).

Em 12 de abril, conforme aprovado na AGO/E, foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 21.692 com base na posição de 31 de dezembro de 2022.

Em 24 de novembro, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 12.233 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2023 e juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 45.000. Em 18 de dezembro, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 7.456 referente ao resultado de 2023 calculado sobre patrimônio líquido em 31 dezembro 2022 acrescido ou reduzido de movimentações ocorridas em 2023. O pagamento ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado.

2.2.8 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas com maior crescimento econômico do Brasil, com uma das menores taxas de desemprego do país e o 6º maior PIB entre os estados brasileiros, impulsionado pelo setor de serviços (68%), indústria (26%) e agropecuária (6%).

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.2.9 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária em 2022 conquistou a certificação da ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária.

2.2.10 Recursos Humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 372 pessoas de forma direta, sendo, 323 atuando em áreas operacionais e 49 no administrativo.

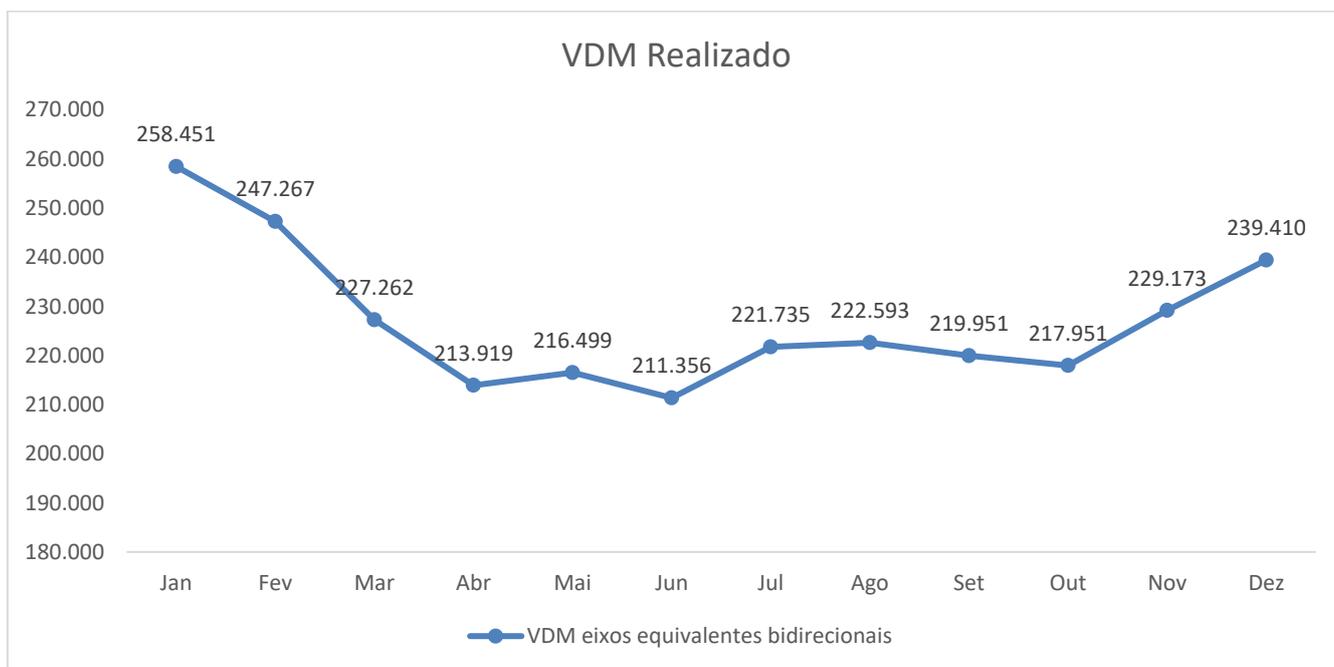
3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM) de 2023, que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 227.088.

Variação mensal do volume no ano base

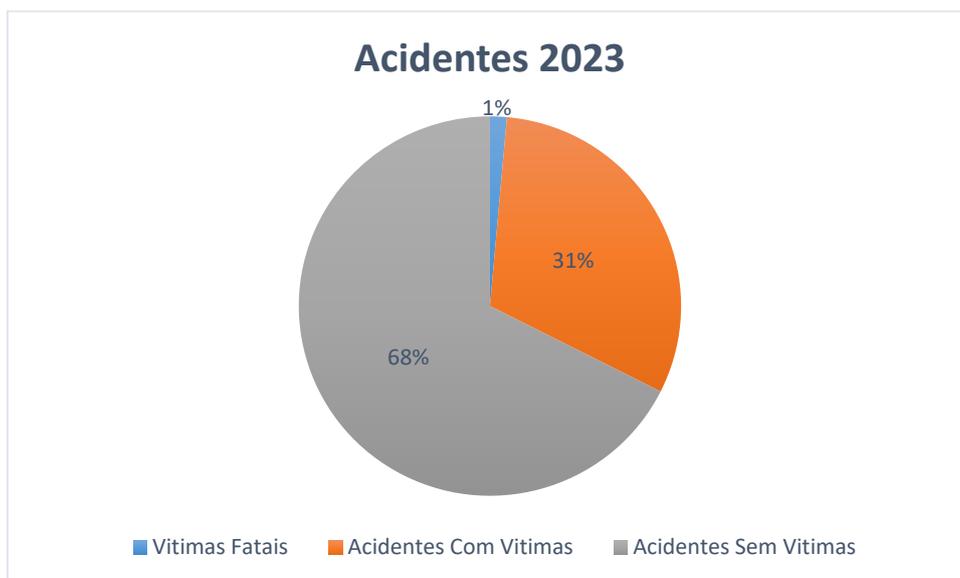


3.2 Segurança no Tráfego

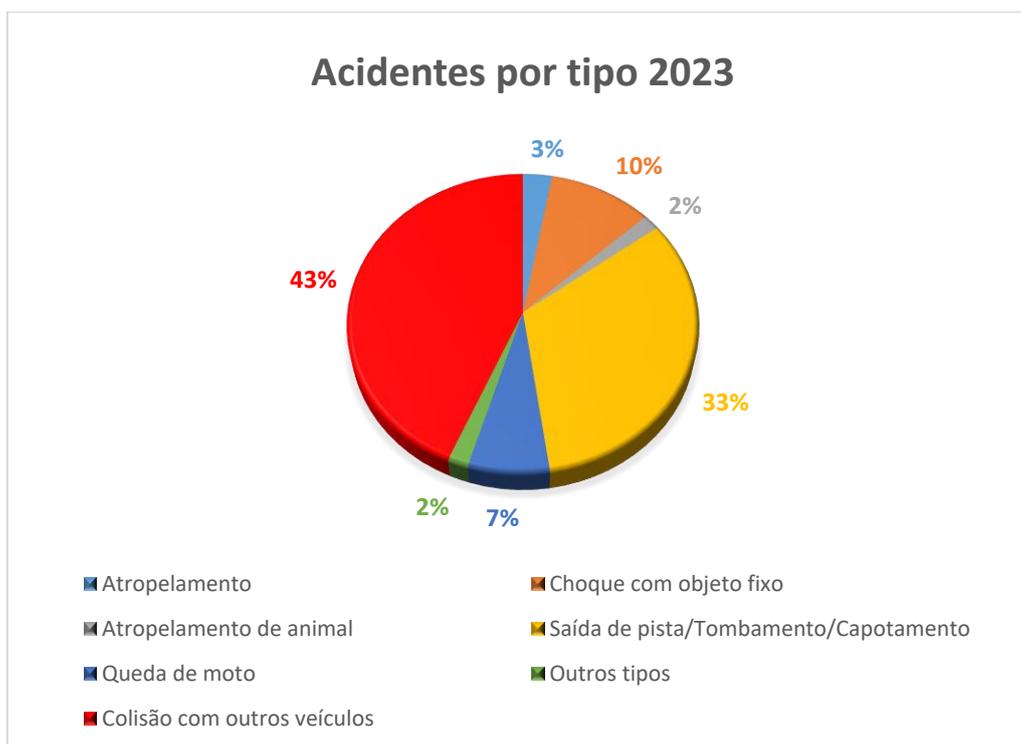
3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido a partir de 07 de fevereiro de 2021, que foi o início do atendimento médico e mecânico na Companhia. Estes percentuais estão classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2023.

Percentual de acidentes por gravidade em 2023

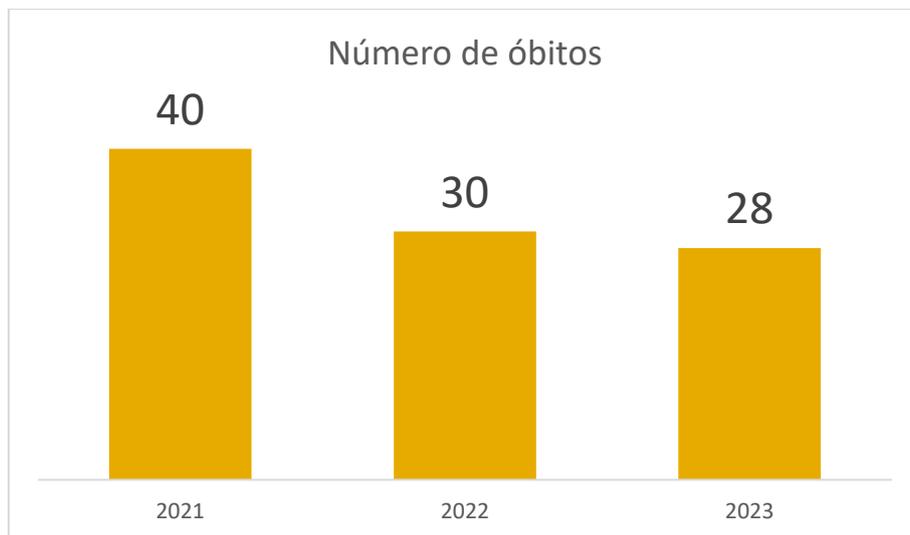


Percentual de acidentes por tipo em 2023



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Para a comparação do número de mortos, utilizamos os dados da Concessionária, levando em conta que o atendimento ao usuário iniciou em 7 de fevereiro de 2021. Observando os dados temos uma redução em relação a 2022.



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (220 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão.

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	5	2
Guincho Leve	3	1
Guincho Pesado	2	1
Ambulância Tipo C	4	2
Ambulância Tipo D	2	1
Supervisão	1	0
Pipa	2	1
Munck	2	1
Caminhão Boiadeiro	2	1
BobCat	2	1
Total de veículos operacionais	25	11
Administração	31	14
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	3	1
Total de veículos de apoio	36	16
Total	61	28

No exercício de 2023, foram registrados 43.470 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaCosteira).

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd 2023	Qtd/VDMA x 10.000
Gestor de Comunicação	0	0,00
Gerente Operações + Coordenador Operações	2	0,09
Gerente Planejamento e Controle	0	0,00
Gerente SGI	0	0,00
Gerente Executivo Contrato de Concessão	1	0,04
Conservação de Rotina	4	0,18
CCO	2	0,09
Engenharia	29	1,28
Tecnologia e Manutenção	13	0,57
Administrativo (+ Auxiliar Serviços Gerais)	46	2,03
Tráfego	39	1,72
Pedágio	231	10,17
Pesagem	5	0,22
Total Geral	372	16,38

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do exercício atual, início da sua concessão.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2023, e o acumulado contempla o mesmo valor desde o início da concessão em 6 de julho de 2020.

3.4.1 Receita (em R\$ mil)

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2023	Acumulado
Receitas de pedágio	204.796	494.375
Receitas acessórias	1	162
Total das receitas	204.797	494.537

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2023	Acumulado
Intangível	252.978	714.347
Imobilizado	27.750	67.862
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	280.728	782.209

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2023	Acumulado
Custos Operacionais (sem "Outras Receitas\Despesas Operacionais")	84.397	206.134
Despesas Operacionais (sem "Outras Receitas\Despesas Operacionais")	23.646	62.306
Total dos custos	108.043	268.440

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2023	Acumulado
Pedágio	10.166	24.482
Acessória	0	0
ISS Total	10.166	24.482

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 2,50 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de Pedágio	Cobrança	AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
		1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Araranguá	2,50	2,50	5,00	3,75	5,00	7,50	10,00	12,50	15,00	17,50	20,00	22,50	25,00	1,25
Laguna	2,50	2,50	5,00	3,75	5,00	7,50	10,00	12,50	15,00	17,50	20,00	22,50	25,00	1,25
São João do Sul	2,50	2,50	5,00	3,75	5,00	7,50	10,00	12,50	15,00	17,50	20,00	22,50	25,00	1,25
Tubarão	2,50	2,50	5,00	3,75	5,00	7,50	10,00	12,50	15,00	17,50	20,00	22,50	25,00	1,25

Concessionária em números

Dados anuais	VIACOSTEIRA	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	220	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	44.946.066	
Veículos leves	32.738.920	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Motos	1.100.364	
Caminhões e ônibus	11.064.851	
Veículos isentos	464.452	
Número de praças de pedágios	4	
Tarifa	2,5	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	220	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos

Trânsito Médio Diário Equivalente	227.088	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário		Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VDR>=47 para BR-101/SC	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	HS > 0,50	Macro textura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	204.796	Expresso em milhares de reais

Fator capital

Despesas de Depreciação	-13.727	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	308.419	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	1.127.488	
Série Histórica dos Investimentos	782.473	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator trabalho

Número de Trabalhadores*	331
Operacional	286
Administrativo	45

Despesas de Pessoal*	33.136
Operacional	22.707
Administrativo	10.429

*Número de trabalhadores e Despesas de pessoal: por tipo de atividade e por categoria de trabalho.

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	3.359
Despesas em Manutenção	851
Outras Despesas	6.769

Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação.

Seguridade

Quantidade de acidentes

Acidente c/ vítimas feridas	612
Acidentes sem vítimas	1.333
Acidentes com mortos	28
Vítimas feridas	797
Número de mortos	28

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 2,48	Considerados receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 1,31	Considerados custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balanço social

	2023	2022
Faturamento bruto	449.380	296.563
Receita líquida (RL)	431.662	280.835
Resultado operacional (RO)	74.242	68.529
Folha de pagamento bruta (FPB)	33.136	28.860

Indicadores sociais internos

	2023	2022	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Alimentação	2.270	1.989	6,85%	0,53%
Encargos sociais	8.575	7.193	25,88%	1,99%
Previdência Privada	104	125	0,31%	0,02%
Saude	1.915	1.685	5,78%	0,44%
Capacitação e desenvolvimento profissional	120	148	0,36%	0,03%
Creches ou auxílio creches	157	102	0,47%	0,04%
Participação dos lucros ou resultados	5.061	1.703	15,27%	1,17%
Outros	3.903	3.806	11,78%	0,90%
Total - Indicadores Sociais Internos	22.105	16.751	66,71%	5,12%

Indicadores sociais externos

	2023	2022	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Tributos (exceto encargos sociais)	45.914	34.164	103,10%	7,91%
Total - Indicadores sociais externos	45.914	34.164	103,10%	7,91%

Indicadores ambientais

	2023	2022
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	97	106
Investimentos em programas, relacionados as obras e/ou projetos externos:	2.879	519
Total de investimentos em meio ambiente	2.976	625

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- () Não possui metas
- () Cumpre de 0 a 50%
- () Cumpre de 50 a 75%
- (x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional	2023	2022
Nº de colaboradores ao final do período	372	373
Tempo de serviço		
até seis meses	25%	29%
de seis meses a um ano	16%	23%
entre um e dois anos	27%	38%
entre dois e cinco anos	31%	10%
mais de cinco anos	1%	1%
Nº de admissões durante o período	151	191
Nº de demissões durante o período	215	219
Nº de colaboradores terceirizados (*)	674	1.018
Nº de estagiários (as)	-	1
Nº de colaboradores com até 18 anos	-	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	89	90
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	207	222
Nº de colaboradores acima de 45 anos	76	61
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	232	224
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	-	0%
Remuneração paga a mulheres no período	394	332
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	42	39
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	4	4
Total de horas extras trabalhadas	2.354	1.231
Total de INSS pagos	5.083	4.058
Total de FGTS pago	1.386	1.082
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	20.453	19.982
Total de CSLL recolhido no período	7.820	7.608
Total de PIS recolhidos no período	1.331	1.171
Total de COFINS recolhidos no período	6.144	5.403
Total de outros tributos recolhidos no período	10.166	8.920

(*) Contratação de equipes terceiras, como APH, conservação, engenharia e manutenção, em 2023.

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- todos + CIPA

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

- não se envolve
- segue as normas da OIT
- incentiva as normas da OIT

A previdência privada contempla:

- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores

A participação nos lucros ou resultados contempla:

- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

- não são considerados
- são sugeridos
- são exigidos
- não se envolve

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concesionária:

- apoia
- organiza e incentiva

	2023	2022
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	100%
Valor adicionado total a distribuir	186.055	186.064
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	26%	25%
% acionistas	57%	60%
% colaboradores	15%	13%
% terceiros	2%	1%
% retido	0%	0%

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos – CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta

pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária

Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade – Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos. Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.5 Considerações Finais

4.5.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº. 162, de 13 de julho de 2022 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

4.5.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Tubarão, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Tubarão – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.5, 3.13 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 256.920 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		335.434	544.993
Caixa e equivalentes de caixa	6	135.199	134.852
Aplicações financeiras	6	173.220	384.631
Contas a receber das operações	7.1	13.802	10.338
Contas a receber de partes relacionadas	9	942	651
Tributos a recuperar		10.448	13.244
Adiantamentos a fornecedores		195	-
Despesas antecipadas e outros créditos		1.628	1.277
Não circulante		792.054	508.041
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	6.174	3.801
Tributos a recuperar		1.648	-
Depósitos judiciais e outros		1.759	2.102
Imobilizado	10	67.862	40.112
Intangível	11	414.349	290.286
Infraestrutura em construção	11	299.998	171.083
Direito de uso em arrendamento		264	657
Total do Ativo		1.127.488	1.053.034
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		85.532	38.003
Fornecedores	12	53.135	15.564
Fornecedores de partes relacionadas	9	2.787	1.234
Impostos e contribuições a recolher		5.713	3.136
Obrigações sociais e trabalhistas		4.287	3.963
Passivo de arrendamento		174	426
Obrigações com o Poder Concedente		541	517
Juros sobre capital próprio	9	18.601	12.263
Outras obrigações		294	900
Não circulante		10.679	3.838
Fornecedores	12	3.598	2.157
Obrigações trabalhistas e previdenciária		59	26
Provisão de manutenção	14	6.734	1.393
Passivo de arrendamento		106	255
PIS e Cofins diferidos		11	7
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	171	-
Patrimônio Líquido	15	1.031.277	1.011.193
Capital social		980.941	980.941
Reservas de capital		36	-
Reservas de lucros		50.300	8.560
Dividendo adicional proposto		-	21.692
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.127.488	1.053.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	16	431.662	280.835
Custos dos serviços prestados		(333.796)	(194.221)
Custo de construção		(244.583)	(116.709)
Serviços		(27.250)	(25.590)
Depreciação e amortização		(10.660)	(7.850)
Custo com pessoal		(22.707)	(26.177)
Provisão de manutenção	14	(4.988)	(1.341)
Materiais, equipamentos e veículos		(7.246)	(6.051)
Custo com o Poder Concedente		(6.319)	(8.496)
Custos capitalizados		-	4.327
Outros		(10.043)	(6.334)
Lucro bruto		97.866	86.614
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(23.624)	(18.085)
Despesas com pessoal		(10.429)	(7.010)
Serviços		(3.359)	(3.730)
Materiais, equipamentos e veículos		(851)	(327)
Depreciação e amortização		(3.067)	(2.911)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.417)	(1.702)
Indenizações		(1.006)	(146)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(716)	(671)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(654)	(332)
Gastos com viagens e estadias		(237)	(193)
Outras despesas (receitas) operacionais		(1.888)	(1.063)
Resultado antes do resultado financeiro		74.242	68.529
Resultado financeiro	17	58.087	71.501
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		132.329	140.030
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(25.900)	(27.691)
Lucro líquido do exercício		106.429	112.339
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		0,10850	0,11452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	106.429	112.339
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	106.429	112.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2022		991.032	(10.091)	-	2.943	16.367	-	-	1.000.251
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	112.339	112.339
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	5.617	-	-	(5.617)	-
Distribuição de dividendos adicional proposto em 25 de abril de 2022		-	-	-	-	(16.367)	-	-	(16.367)
Distribuição de dividendos intermediários em 22 de novembro de 2022		-	-	-	-	-	-	(28.603)	(28.603)
Juros sobre capital próprio em 22 de novembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(35.700)	(35.700)
Juros sobre capital próprio em 22 de novembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(12.263)	(12.263)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(2.164)	(2.164)
Dividendos adicional proposto		-	-	-	-	-	21.692	(21.692)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		991.032	(10.091)	-	8.560	-	21.692	-	1.011.193
Lucro líquido do exercício	15.6	-	-	-	-	-	-	106.429	106.429
Pagamento de dividendo adicional proposto em 12 de abril de 2023	15.4	-	-	-	-	-	(21.692)	-	(21.692)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.7	-	-	36	-	-	-	-	36
Destinações:									
Distribuição de dividendos intermediários em 24 de novembro de 2023	15.4	-	-	-	-	-	-	(12.233)	(12.233)
Juros sobre capital próprio em 24 de novembro de 2023 (líquido)	15.5	-	-	-	-	-	-	(38.250)	(38.250)
Juros sobre capital próprio em 24 de novembro de 2023 (IRRF)	15.5	-	-	-	-	-	-	(6.750)	(6.750)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (líquido)	15.5	-	-	-	-	-	-	(6.338)	(6.338)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (IRRF)	15.5	-	-	-	-	-	-	(1.118)	(1.118)
Reserva legal	15.2	-	-	-	5.322	-	-	(5.322)	-
Reserva de retenção de lucro	15.3	-	-	-	-	36.418	-	(36.418)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		991.032	(10.091)	36	13.882	36.418	-	-	1.031.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		106.429	112.339
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(2.373)	101
Depreciação e amortização	10 e 11	13.334	10.408
Baixa do ativo imobilizado	10	3	26
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	17	40	37
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		393	353
Constituição da provisão de manutenção	14	4.988	1.341
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	14	353	52
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	10.596	-
Rendimento de aplicação financeira		(36.382)	(59.853)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		36	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(3.464)	(939)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(291)	(638)
Tributos a recuperar		1.148	(7.089)
Adiantamentos a fornecedores		(195)	-
Despesas antecipadas e outros créditos		(8)	(2.023)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(30.479)	6.133
Fornecedores de partes relacionadas	9	1.553	(112)
Obrigações sociais e trabalhistas		357	1.051
Impostos e contribuições a recolher		25.891	11.998
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(31.182)	(23.820)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	(10.425)	-
Obrigações com o Poder Concedente		24	53
PIS e Cofins diferidos		4	7
Outras obrigações		(606)	225
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		49.744	49.650
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(33.440)	(11.006)
Adições ao ativo intangível	11	(193.115)	(122.638)
Outros de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	1.981	3.610
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	247.793	211.726
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		23.219	81.692
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(72.175)	(80.670)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal		(441)	(388)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(72.616)	(81.058)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		347	50.284
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		134.852	84.568
No final do exercício		135.199	134.852
		347	50.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas			
Receitas operacionais	16	449.380	296.563
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(244.583)	(116.709)
Provisão de manutenção	14	(4.988)	(1.341)
Custos dos serviços prestados		(49.603)	(45.451)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.058)	(8.024)
Valor adicionado bruto		141.148	125.038
Depreciação e amortização		(13.727)	(10.761)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		127.421	114.277
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	58.634	71.787
Valor adicionado total a distribuir		186.055	186.064
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		18.269	16.993
Benefícios		8.143	6.464
FGTS		1.386	1.082
Outras		255	263
Tributos			
Federais		38.486	38.376
Estaduais		66	58
Municipais		10.173	8.923
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		520	237
Aluguéis		2.328	1.329
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros sobre capital próprio		64.689	106.722
Lucros retidos do exercício		41.740	5.617
		186.055	186.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 7 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem



perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024 foi autorizada pelo Conselho da administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:



- 3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 8.1. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 14. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
- 18. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.
Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.



3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;



- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.



3.5. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.



O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.



3.8. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.9. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.10. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.



3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.



3.12. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.13. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

3.14. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.



A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de Santa Catarina e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.15. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.17. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

3.18. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.



4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.



a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9 e 18.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	53.135	3.598
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.787	-
Juros sobre o capital próprio	18.601	-
Obrigações com o Poder Concedente	541	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	2.785	2.638
Aplicações financeiras (a)	132.414	132.214
Total	135.199	134.852

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	173.220	384.631
Aplicações financeiras (a)	173.220	384.631
Total	173.220	384.631

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 104,28% do CDI, equivalente a 13,67% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (103,50% do CDI, equivalente a 12,86% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

Circulante	2023	2022
Contas a receber das operações (a)	13.802	10.338
Total	13.802	10.338

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão.

7.2. Aging dos contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Crédito a vencer	13.802	10.338
Total bruto de provisão para perda esperada	13.802	10.338

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	132.329	140.030
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(44.992)	(47.610)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(308)	(326)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(53)	-
Juros sobre capital próprio	17.835	19.185
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativo ao imposto de renda	1.163	1.036
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	431	-
Outros ajustes tributários	24	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(25.900)	(27.691)
Impostos correntes	(28.273)	(27.590)
Impostos diferidos	2.373	(101)
Alíquota efetiva de impostos	19,57%	19,78%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	6.174	3.801
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.595	536
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	58	-
Constituição da provisão de manutenção	2.290	474
Despesas pré-operacionais (a)	1.854	2.648
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	266	127
Arrendamento	6	7
Plano de Incentivo de Longo Prazo	105	9
Imposto diferido líquido	6.174	3.801
Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	3.801	3.900
Reconhecimento no resultado	2.373	(101)
Saldos em 31 de dezembro	6.174	3.799

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais é realizado no momento que a Companhia entra em operação, de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	1	235.066	235.067	3	445.804	445.807
Aplicações financeiras	-	234.111	234.111	-	445.149	445.149
Bancos conta movimento	-	10	10	-	7	7
Contas a receber	1	941	942	3	648	651
Outros créditos	-	4	4	-	-	-
Passivo	21.073	315	21.388	13.441	56	13.497
Fornecedores e contas a pagar	2.472	315	2.787	1.178	56	1.234
Juros sobre capital próprio	18.601	-	18.601	12.263	-	12.263

Transações	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(104)	(104)	-	(41)	(41)
Custos / despesas de serviços prestados - CSC	-	-	-	(1.110)	-	(1.110)
Custos / despesas - doações	-	(427)	(427)	-	(632)	(632)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(232)	(232)	-	-	-
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	(200)	(200)	-	-	-
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	70	(1)	69	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	51.061	51.061	-	20.680	20.680
Repasso de custos e despesas - CSC	(21.207)	(59)	(21.266)	(11.098)	-	(11.098)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(11)	(229)	(240)	-	(13)	(13)
Imobilizado / Intangível	-	-	-	(740)	-	(740)

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento		Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	508	2.594	4.650	17.471	25.223	7.718	32.941	
Adições	-	-	-	-	-	11.006	11.006	
Baixas	(1)	-	-	(4)	(5)	(21)	(26)	
Transferências	10	914	63	3.311	4.298	(4.025)	273	
Depreciação	(57)	(525)	(1.464)	(2.036)	(4.082)	-	(4.082)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	460	2.983	3.249	18.742	25.434	14.678	40.112	
Custo	555	3.681	5.989	21.651	31.876	14.678	46.554	
Depreciação acumulada	(95)	(698)	(2.740)	(2.909)	(6.442)	-	(6.442)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	460	2.983	3.249	18.742	25.434	14.678	40.112	
Adições (a)	-	-	-	-	-	33.440	33.440	
Baixas	-	(3)	-	-	(3)	-	(3)	
Transferências	42	5.158	-	926	6.126	(6.126)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	120	-	-	120	-	120	
Depreciação	(55)	(817)	(1.475)	(2.237)	(4.584)	-	(4.584)	
Outros (b)	-	-	-	-	-	(1.223)	(1.223)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	447	7.441	1.774	17.431	27.093	40.769	67.862	
Custo	597	8.955	5.989	22.577	38.118	40.769	78.887	
Depreciação acumulada	(150)	(1.514)	(4.215)	(5.146)	(11.025)	-	(11.025)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	447	7.441	1.774	17.431	27.093	40.769	67.862	

Taxa média anual de depreciação %
Em 31 de dezembro de 2023

10	11	24	10
----	----	----	----

- (a) O montante em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente a aquisição de placa solar fotovoltaica; e
(b) Refere-se a sinistros.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	275.532	395	3.084	279.011	70.033	349.044
Adições	-	-	1.603	1.603	121.035	122.638
Transferências	19.710	720	(893)	19.537	(19.810)	(273)
Amortização	(6.120)	(206)	-	(6.326)	-	(6.326)
Outros	(3.539)	-	-	(3.539)	(175)	(3.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	285.583	909	3.794	290.286	171.083	461.369
Custo	295.050	1.132	3.794	299.976	171.083	471.059
Amortização acumulada	(9.467)	(223)	-	(9.690)	-	(9.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	285.583	909	3.794	290.286	171.083	461.369
Adições	-	-	5.686	5.686	256.920	262.606
Transferências	127.594	157	(157)	127.594	(127.594)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(120)	(120)	-	(120)
Amortização	(8.509)	(241)	-	(8.750)	-	(8.750)
Outros (a)	(347)	-	-	(347)	(411)	(758)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	404.321	825	9.203	414.349	299.998	714.347
Custo	422.297	1.289	9.203	432.789	299.998	732.787
Amortização acumulada	(17.976)	(464)	-	(18.440)	-	(18.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	404.321	825	9.203	414.349	299.998	714.347

Taxa média anual de amortização %

Em 31 de dezembro de 2023

(b) 20

(a) Refere-se a sinistros; e

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	53.135	15.564
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	40.525	12.396
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	16	-
Cauções e retenções contratuais (b)	12.594	3.168
Não circulante	3.598	2.157
Cauções e retenções contratuais (b)	3.598	2.157
Total	56.733	17.721

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Constituição	10.279	331	10.610
Reversão	(17)	-	(17)
Pagamentos	(10.258)	(167)	(10.425)
Atualizações	1	2	3
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5	166	171

13.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis, administrativos e outros	2.283	317
Trabalhistas e previdenciária	614	57
Total	2.897	374

14. Provisão de manutenção

	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.393
Constituição	4.988
Ajuste a valor presente	353
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.734

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 980.941, dois quais R\$ 10.091 ainda não foram integralizados, representado por 991.031.991 ações ordinárias.



15.2. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. Em 2023, o montante constituído em reserva de retenção de lucros foi destinado em sua totalidade para distribuição de dividendos.

15.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 12 de abril de 2023, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos no montante de R\$ 21.692, correspondentes a R\$ 0,2188785933 por ação, a título de dividendos adicionais propostos. O pagamento ocorreu em 27 de abril de 2023.

Em 24 de novembro de 2023, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 12.233, correspondentes a R\$ 0,0123436984 por ação, à conta de parte dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2023, pagos em 29 de novembro de 2023.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	106.429
(-) Constituição de reserva legal	(5.322)
Lucro líquido ajustado	101.107
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	25.277
Total de juros sobre capital próprio aprovados pagos e a pagar (líquido de IRRF)	44.588
Total de dividendos mínimos intermediários pagos	12.233
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	56.821

Em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos e a pagar.

15.5. Juros sobre capital próprio

Em 24 de novembro de 2023, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 45.000, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 38.250, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 6.750, pagos em 24 de dezembro de 2023.



Em 18 de dezembro de 2023, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 7.456, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 6.338, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.118, a serem pagos quando oportuno.

15.6. Lucro básico e diluído

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido	106.429	112.339
Denominador (em milhares)		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	980.941	980.941
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,10850	0,11452

15.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período.

É utilizado o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 3.584;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Controladora entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting).

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 3.584 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 36.

16. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	449.380	296.563
Receitas de pedágio	204.796	179.695
Receitas de construção (ICPC01 R1)	244.583	116.709
Receitas acessórias	1	159
Deduções das receitas brutas	(17.718)	(15.728)
Impostos sobre receitas	(17.641)	(15.494)
Abatimentos	(77)	(234)
Receita operacional líquida	431.662	280.835

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(546)	(286)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(353)	(52)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(40)	(37)
Taxas e outras despesas financeiras	(153)	(197)
Receitas financeiras	58.633	71.787
Rendimento sobre aplicações financeiras	57.305	71.605
Juros e outras receitas financeiras	1.328	182
Resultado financeiro líquido	58.087	71.501

18. Instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2023	2022
Ativos	Nível	323.163	530.472
Valor justo através do resultado		308.419	519.483
Caixa e bancos	Nível 2	2.785	2.638
Aplicações financeiras	Nível 2	305.634	516.845
Custo amortizado		14.744	10.989
Contas a receber das operações		13.802	10.338
Contas a receber de partes relacionadas		942	651
Passivos	Nível	(78.956)	(32.635)
Custo amortizado		(78.956)	(32.635)
Fornecedores e outras contas a pagar		(57.027)	(18.621)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.787)	(1.234)
Juros sobre capital próprio		(18.601)	(12.263)
Obrigações com o Poder Concedente		(541)	(517)
Total		244.207	497.837

18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) e (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	307.564	10.705	8.084	5.425
Efeito sobre as aplicações financeiras		10.705	8.084	5.425
Total do efeito líquido de ganhos		10.705	8.084	5.425

A taxa de juros considerada foi⁽¹⁾: CDI⁽²⁾ 11,6500% 8,7375% 5,8250%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias, a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão.

	2023	2022
Compromissos relativos à concessão	1.733.444	1.989.578

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	69.491	(104)
Fornecedores	69.491	(104)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(69.491)	104
Adições ao ativo intangível	(69.491)	104

20.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Arrendamentos	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo inicial	(681)	(12.263)	(12.944)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	441	72.175	72.616
Pagamentos de principal	441	-	441
Dividendos pagos	-	72.175	72.175
Outras variações que não afetam caixa	(40)	(78.513)	(78.553)
Reversão do ajuste a valor presente	(40)	-	(40)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(78.513)	(78.513)
Saldo final	(280)	(18.601)	(18.881)



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0°S"SC

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

CNPJ/MF nº 36.763.716/0001-98

NIRE 42300050831

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2024, no valor de R\$ 434.827.840,96 (Quatrocentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e seis centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2024.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 434.827.840,96

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2024	R\$ 434.827.840,96
---	--------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2023	R\$ 36.418.481,85
--	-------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 398.409.359,11
--	--------------------

Tubarão, 28 de fevereiro de 2024.

DocuSign by
Edward Siqueira Moraes Camargo
Assinado por: EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO 1481992813
CPF: 1481992813
CERTIFICADA EM ASSINATURA: 29/02/2024 | 18:45:47 BRT
O ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C. BR
Emissor: AC VALIO RFB v5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Kpmg Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido no dia 29 de fevereiro de 2024, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Tubarão/SC, 29 de fevereiro de 2024.

DocuSigned by:
Fausto Camilotti
CPF: 78842420310
Distritório de Assinatura: 28022024 | 17:59:33 BRT
O ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C BR
Enteitor: AC VALID RFB v5
ICP-Brasil

FAUSTO CAMIOTTI

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DocuSigned by:
Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Assinado por: EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO 1481959813
CPF: 1481959813
Distritório de Assinatura: 28022024 | 18:41:09 BRT
O ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C BR
Enteitor: AC VALID RFB v5
ICP-Brasil

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR

DocuSigned by:
Angelo Luiz Lodi
Assinado por: ANGELO LUIZ LODI 6663300600
CPF: 6663300600
Distritório de Assinatura: 01/03/2024 | 21:34:28 BRT
O ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C BR
Enteitor: AC VALID RFB v5
ICP-Brasil

ANGELO LUIZ LODI

DIRETOR